

jornal

DEZEMBRO 2025

Federação Nacional da Educação



OPORTUNIDADE
DE CONSTRUIR O
FUTURO



ÍNDICE



3 - 4

EDITORIAL

5 - 26

AÇÃO SINDICAL

27 - 29

TEM A PALAVRA

30 - 31

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

32 - 42

INTERNACIONAL

43

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | DEZEMBRO 2025

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto

Produção gráfica e paginação
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

EDITORIAL



De 2025 a 2026: **Consolidar o Progresso, Afirmar a Esperança**

O final de cada ano é sempre um momento de balanço e simultaneamente de projeção do futuro. Na FNE, entramos em 2026 com um sentido renovado de responsabilidade e compromisso para com todos os profissionais da educação. A aprovação, por larga maioria, do nosso Plano de Ação e do Orçamento para 2026 constitui um sinal claro de confiança no rumo que definimos coletivamente. Estes documentos traduzem prioridades bem identificadas, assentam em propostas concretas e reforçam a determinação com que queremos enfrentar os desafios que persistem na educação.

O ano que agora termina foi também um período de importantes avanços. Reforçámos a nossa representatividade, aprofundámos o diálogo com os profissionais da educação e afirmámos os sindicatos da FNE como interlocutores credíveis, construtivos e determinados. Foi um ano em que conquistámos espaço, influência e capacidade de intervenção, sempre com o foco na defesa dos direitos dos trabalhadores e na melhoria das condições de trabalho nas escolas.

É neste contexto de fortalecimento que iniciamos o processo negocial para a revisão do Estatuto da Carreira Docente. Trata-se de um momento decisivo, aguardado há demasiado tempo, e que exige seriedade, bom senso e uma verdadeira abertura ao diálogo. A FNE parte para estas negociações com a convicção de que só uma carreira valorizada, coerente e atrativa pode garantir às escolas os docentes de que necessitam.

Defendemos soluções que respondam aos problemas reais: a falta de professores, a estagnação salarial, a complexidade dos processos avaliativos, a correção de injustiças e a urgência de condições de trabalho dignas e estáveis.

Mas o nosso compromisso não se esgota nos docentes. Também os Trabalhadores de Apoio Educativo aguardam, com inteira justiça, o rápido início de um processo negocial que os valorize e reconheça. A FNE continuará a insistir para que estas negociações avancem sem mais delongas. Não pode haver uma escola de qualidade sem profissionais respeitados, qualificados e justamente enquadrados na sua carreira.

O ano 2026 trará, certamente, exigências e momentos de grande intensidade. Mas traz, sobretudo, oportunidades. Oportunidades de construir, através do diálogo social e da força coletiva, melhores condições para quem trabalha e melhor educação para o país. A FNE estará, como sempre, ao lado dos profissionais da educação, firme na defesa dos seus direitos e incansável na procura de soluções.

Que 2026 seja um ano de paz, de esperança e de boas conquistas. Que possamos afirmar, com orgulho, que continuamos a avançar na construção de uma escola mais justa, humana e respeitadora de todos os que nela trabalham.

A todos, os meus votos de um excelente ano novo.



Pedro Barreiros
SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



2025

o ano em imagens

O ano de 2025 foi mais um ano constituído de desafios e conquistas para a FNE. Um ano que reforçou ainda mais o nosso compromisso com uma ação sindical assertiva e responsável e com propostas para uma Educação de qualidade com Docentes e Pessoal de Apoio Educativo respeitados e valorizados. Recordamos aqui em imagens alguns dos destaques mais importantes de cada mês de um 2025 que teve muitos mais momentos que, apesar de não aparecerem nestas páginas, ficam na luta diária de todos por uma educação melhor.

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

Janeiro



Webinar de celebração do Dia Mundial da Educação



Jornadas da Educação em São Tomé

Fevereiro

Acordo CCT com União das Mutualidades Portuguesas



Reunião com MECI sobre Mobilidades

Reunião Sindical Nacional online sobre ECD



Março



Celebração do Dia da Mulher



Acordo com MECI sobre DL da MpD



Conselho Geral da FNE

Abril

*Apresentação do Roteiro
para a Legislatura 2025-2029*



*Vencedores do Concurso
Era uma vez...o 1º Maio*

Assinalámos Abril



Maio



**Acordo de revisão
do CCT com CNIS**



**Webinar do Dia Mundial do
Trabalhador de Apoio Educativo**



**Celebrámos o 1º
Maio junto da UGT**

Junho

*Apresentação do Roteiro
TAE para as Autárquicas*



*Assinalámos o Dia
Mundial do Ambiente*

*Consulta Nacional
de fim de ano letivo*



Julho



Secretariado Nacional e Conselho Geral no Luso



Conferência de Imprensa de balanço do ano letivo



Reunião com MECI sobre RJIES (Ensino Superior)

Agosto

Assinatura do Acordo de revisão do CCT com União das Misericórdias Portuguesas



Reunião com MECI sobre DL 51 e 57A



Reunião com MECI sobre Recrutamento extraordinário de docentes



Setembro



***Secretariado
Nacional da FNE***



***Dia Internacional da
Limpeza Costeira - Açores***



***FNE na cerimónia de
abertura do novo ano letivo***

Outubro

*Consulta Nacional sobre
abertura do ano letivo*



*Campanha EM
DUAS PALAVRAS*



*Assinalámos o Dia
Mundial do Professor*

Novembro



**Assinatura do Protocolo
Negocial do ECD**



FÓRUM FNE 2025



**Dia Nacional do Trabalhador
de Apoio Educativo**

Dezembro

Greve Geral



**Primeira etapa negocial
com MECI sobre ECD**



Reuniões com CNEF e CNIS

Greve Geral

11.DEZ.2025



**CONTRA
O ATAQUE AOS DIREITOS
DOS TRABALHADORES**

Greve geral parou o país

11 de dezembro chegou e o país parou com uma Greve Geral em que a FNE esteve ao lado da UGT desde o primeiro dia e que se refletiu na presença conjunta em algumas iniciativas de norte a sul de Portugal.

Segundo números apurados pela FNE junto dos seus Sindicatos ao longo de todo o dia 11 de dezembro, cerca de 90% das escolas portuguesas não abriram portas para receber alunos, docentes e trabalhadores de apoio educativo.

No Porto, o Secretário-Geral da FNE, Pedro Barreiros esteve junto ao AE Alexandre Herculano onde assinalou a greve afirmando que "na zona norte quase toda a totalidade das escolas estão fechadas por adesão dos professores e dos trabalhadores de apoio educativo que desta forma dão uma resposta cabal às alterações laborais que o governo pretende impor. Por isso importa a partir do dia de hoje encontrar um novo caminho de forma a que qualquer reforma que venha a acontecer seja acolhida e bem aceite pelos trabalhadores. Este é o desafio que o governo tem. Não aceitamos que a reforma seja feita a qualquer preço e que seja feita com caráter político para deixar uma marca. Os governos passam e os trabalhadores ficam e todos queremos ter futuro e dignidade na nossa profissão".



A FNE também marcou presença em Lisboa onde a Secretária Nacional da FNE e Presidente do SDPGL, Maria José Rangel, acompanhou Mário Mourão, Secretário-Geral da UGT, numa ação na Escola Passos Manuel.



Em Évora, a Vice Secretária-Geral da FNE e Presidente do SDPSUL, Josefa Lopes, marcou também presença junto de uma das várias escolas fechadas na cidade, alertando para os problemas que a proposta de pacote laboral apresenta para os trabalhadores portugueses.



Na Zona Centro do país cerca de 80% das escolas encerraram. Rui Moreira, membro do Secretariado Nacional da FNE e dirigente do SPZC assinalou estes dados junto a um desses estabelecimentos de ensino.



Esta foi uma greve geral nacional convocada pelas duas maiores centrais sindicais (UGT e CGTP) contra as reformas laborais propostas pelo governo, consideradas pelos sindicatos como prejudiciais aos direitos dos trabalhadores e que contou com a participação de milhões de trabalhadores.

Os principais impactos sentiram-se ao nível de muitos serviços públicos que pararam ou ficaram muito reduzidos — os transportes (comboios, metro, aviões), escolas e vários serviços de saúde sofreram grandes interrupções e foram cancelados voos e aulas.

Esta foi a primeira greve geral portuguesa com grande adesão desde 2013, focada nas mudanças ao Código do Trabalho propostas pelo executivo.



Uma decisão acertada há muito reivindicada pela FNE

A FNE saudou a decisão anunciada a 5 de dezembro pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), através da Nota Informativa n.º 12 / IGeFE / 2025, que veio finalmente corrigir a fórmula de cálculo do valor da hora de serviço docente extraordinário, alinhando-a com o entendimento já clarificado pela Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

Trata-se de uma decisão justa, rigorosa e há muito reivindicada pela FNE, que repõe equidade no pagamento do trabalho acrescido realizado pelos docentes, garantindo que cada profissional é remunerado de acordo com as normas estabelecidas no Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Reposição da legalidade e justiça no cálculo das horas extraordinárias

Esta medida constitui um passo fundamental para assegurar que os docentes recebem a compensação devida, incluindo os acréscimos previstos no artigo 62.º do ECD: 25% para a primeira hora semanal e 50% para as subsequentes, eliminando assim interpretações divergentes que, durante anos, originaram injustiças e pagamentos inferiores ao que a lei determina.

A partir deste momento, todas as escolas ficam obrigadas a aplicar as fórmulas corretas, quer para o serviço extraordinário não letivo, baseado no período normal de trabalho de 35 horas semanais, quer para o serviço extraordinário letivo, calculado com base na componente letiva definida para cada nível de ensino.

Simplificação de procedimentos e maior eficiência administrativa

A FNE regista igualmente como positivo o processo de simplificação administrativa, passando o registo no SIGRHE a ser o único procedimento obrigatório, com transmissão automática da informação ao IGeFE. Esta medida reduz burocracia e liberta as escolas para se concentrarem no essencial: a educação.

Retroativos até 2018/2019: uma resposta que se impunha

A correção da fórmula com efeitos retroativos ao ano letivo de 2018/2019 constitui uma decisão de inteira justiça para milhares de docentes que, ao longo dos últimos anos, viram o seu trabalho extraordinário ser pago de forma incorreta. O facto de o IGeFE disponibilizar às escolas os montantes apurados centralmente facilitará o processo e permitirá um pagamento mais célere e transparente.

Um avanço importante, mas ainda há caminho a fazer

A FNE reconhece esta medida como uma decisão acertada, que valoriza o trabalho docente e corrige uma prática injusta que perdurou demasiado tempo. Contudo, reafirma que continuará vigilante e empenhada em acompanhar:

- *A aplicação rigorosa das novas fórmulas por todas as escolas;*
- *O processamento integral e atempado dos retroativos;*
- *O respeito por todos os direitos laborais dos profissionais da educação.*



FNE alertou para violência e falta de condições de trabalho nas nossas escolas

A FNE alertou em comunicado enviado aos órgãos de comunicação social, que ao longo dos últimos meses, através do Observatório da Convivência Escolar, tem recebido diversos relatos de indisciplina e violência ocorridos nas escolas e nas suas imediações. A mais recente denúncia, pela sua gravidade, reforça a urgência de dar a conhecer à sociedade a realidade vivida por muitos docentes, trabalhadores de apoio educativo e alunos. Eis o relato da FNE:

"Uma escola do 1.º ciclo situada numa zona periférica do país viveu recentemente um episódio grave que evidencia problemas estruturais que persistem noutros estabelecimentos de ensino: ausência de condições de segurança, escalada de indisciplina e violência, desproteção dos profissionais e inexistência de respostas eficazes por parte das entidades competentes.

Numa turma de múltiplos anos, onde leciona apenas um docente titular com apoio pontual de outra professora, repetem-se desde o início do ano letivo situações de desrespeito, agressividade e completa recusa de trabalho por parte de um aluno. Apesar das advertências, contactos com o respetivo encarregado de educação e registos formais em plataforma digital, o comportamento persistiu e agravou-se.

Após nova ocorrência de indisciplina, a situação atingiu um nível de gravidade extrema quando familiares do aluno, ao serem informados do sucedido, dirigiram insultos e ameaças graves à docente, incluindo ameaças de integridade física. Estas agressões verbais ocorreram tanto por via telefónica como presencialmente, na escola, na presença de funcionárias e outros profissionais.

Perante o cenário de risco, foi solicitada a intervenção das autoridades policiais para garantir a saída em segurança da docente, tendo sido comunicado que não havia meios disponíveis para o efeito. A situação tornou-se tão crítica que a direção do agrupamento decidiu encerrar temporariamente o estabelecimento no dia seguinte, por falta de condições de segurança.

Apesar da retoma das atividades letivas no dia subsequente, a presença policial limitou-se ao momento de entrada dos alunos, não garantindo a necessária proteção continuada num contexto já identificado como de risco. A docente, acumulando episódios semelhantes desde o início do ano letivo e sem qualquer solução apresentada pela direção do agrupamento, viu-se obrigada a cessar funções temporariamente por incapacidade decorrente da situação de violência".

Com este exemplo a FNE considera que importa sublinhar que este caso não é isolado. De acordo com registos internos, a mesma turma teve, no ano anterior, uma sucessão excepcionalmente elevada de docentes titulares e de atividades de enriquecimento curricular, revelando que o problema é estrutural e prolongado.

Não se pretende alarmar, nem tampouco generalizar a situação; contudo, não podemos deixar de dar visibilidade a um caso que sabemos repetir-se em diversas escolas e regiões do país, muitas vezes relatado à FNE sob pedido de confidencialidade ou anonimato.

A FNE EXIGE RESPOSTAS E MEDIDAS IMEDIATAS

Este episódio é apenas um exemplo da realidade de demasiadas escolas, onde a indisciplina se encontra fora de controlo e as agressões psicológicas e físicas contra profissionais se têm tornado recorrentes. As autoridades não dispõem de meios para garantir segurança em tempo útil e as direções das escolas carecem de recursos para assegurar ambientes de trabalho seguros, enquanto os docentes, trabalhadores de apoio educativo e alunos continuam desamparados e expostos a riscos inadmissíveis.

A FNE considera urgente que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, as autarquias e as forças de segurança reconheçam a gravidade desta realidade e adotem medidas eficazes que garantam a segurança e as condições de trabalho de quem assegura diariamente o direito à educação e de quem aprende.

Nenhuma escola pode funcionar em clima de medo.

Nenhum professor pode ser deixado sozinho perante ameaças.

Nenhum aluno pode aprender num ambiente marcado por violência.

A sociedade não pode aceitar esta situação.

Privado e Social - Reuniões com CNEF e CNIS marcaram o mês

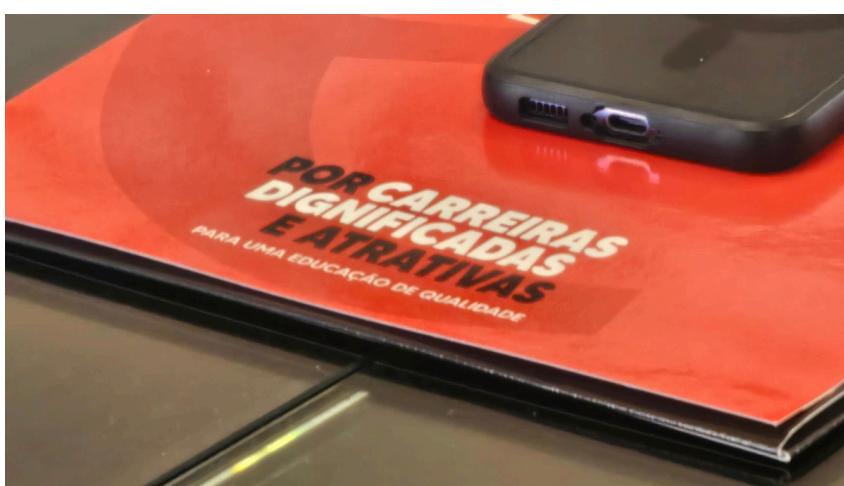
FSUGT e CNEF com avanços sobre revisão do CCT

A 4 de dezembro, a Frente Sindical da UGT (FSUGT) reuniu com a CNEF - Confederação Nacional de Educação e Formação (escolas privadas, escolas profissionais e todas as que contratam docentes e educadores) em Lisboa, para discutir as condições salariais a vigorar entre 2026-2028 e outras questões relativas à revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).



•••••

Deste encontro saiu entendimento sobre algumas matérias como o subsídio de alimentação, a recuperação do tempo de serviço e a necessidade de clarificação do atual CCT com ambas as partes a apresentarem as suas contrapropostas no próximo encontro.

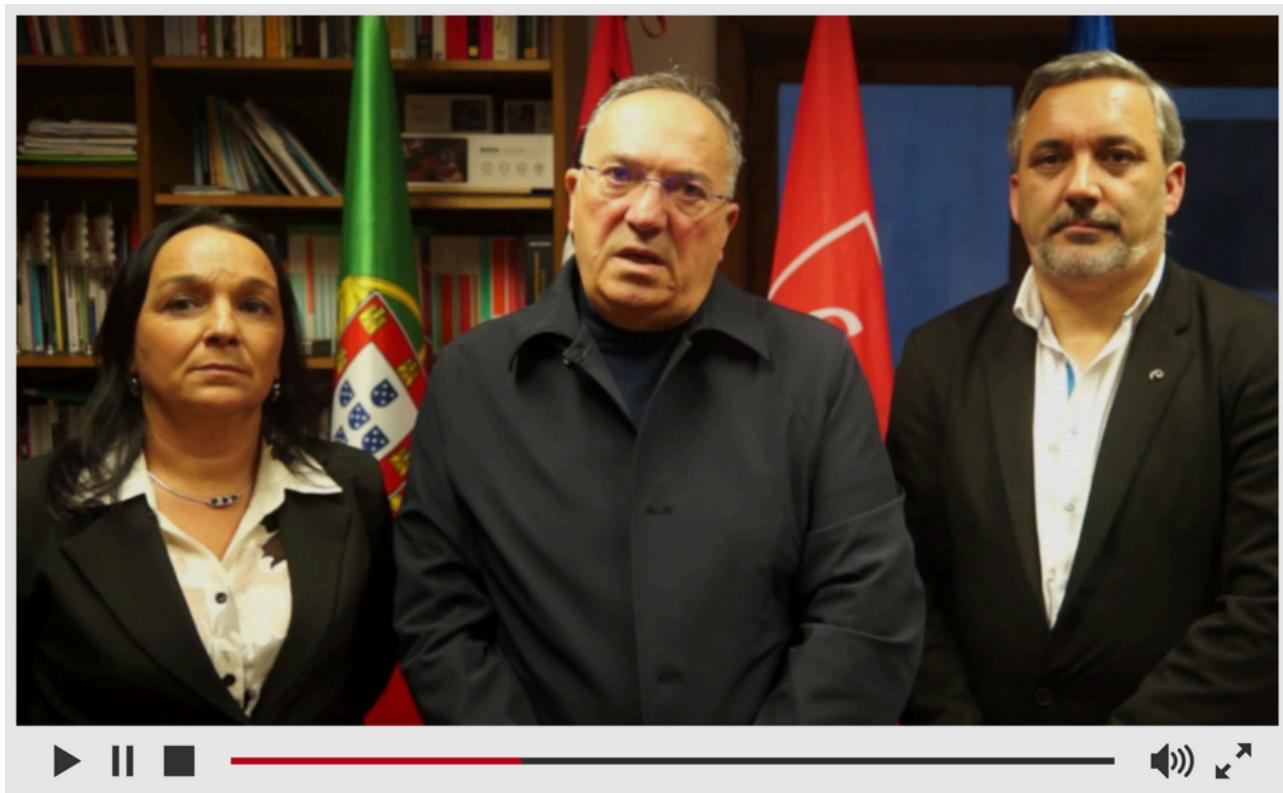


Primeira reunião com CNIS sobre revisão do CCT

O Porto, mais precisamente a sede da FNE, recebeu a 9 dezembro a primeira reunião entre a FSUGT/FNE com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) para revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT).

Neste encontro ficou definido o calendário negocial e foram clarificadas algumas matérias que fazem parte da proposta negocial. A carreira única, aumentos salariais e subsídio de alimentação foram temas em cima da mesa.

A próxima reunião ficou marcada para 9 de janeiro de 2026.





Ensino Português no Estrangeiro: Degradação, Estagnação e Secretismo

O presente ano letivo começou com um passo positivo pois finalmente deixou de ser exigida a discriminatória propina, exigida desde 2013, apenas nos cursos frequentados por alunos portugueses e lusodescendentes.

O fim da citada significou um aumento sensível do número de alunos na Alemanha e Suíça, os países maiores atingidos por essa medida, contrariando o boato de que a "propina" não tinha influência no número de inscrições, pois os pais "não se importavam" de pagar. Dado o número de inscrições ter aumentado ficou claro que esse pagamento tinha caráter desmotivante.

Porém, exceto este passo positivo, não há melhorias a registar no sistema, que está também a ser afetado pela falta de professores, com 25 horários por ocupar, havendo apenas a nível mundial 300 docentes em exercício.

Esta falta de professores deve-se principalmente ao facto de as condições de trabalho no Ensino Português no Estrangeiro (EPE) terem perdido toda a atratividade, sem estabilidade, sem carreira e vencimentos sem aumento desde 2009, recusando também o Instituto Camões pagar os subsídios de instalação e regresso, o que causa forte desmotivação, pois um professor que seja colocado no EPE terá de se endividar para suportar os custos da instalação, que superam o equivalente a três meses de vencimento.

Estes constrangimentos, aliados ao facto de se ter de fazer largas deslocações entre cursos para lecionar semanalmente alunos de todos os níveis de escolaridade sem qualquer redução de horário, levam a forte falta de candidatos para lecionar no sistema com consequências nefastas, pois caso um curso não tenha professor nos primeiros dois meses do ano letivo os alunos procuram outras atividades e não voltam a inscrever-se, conduzindo assim ao posterior encerramento do mesmo.

Outro fator muito preocupante é a existência de cursos a distância em localidades onde haja menos de 15 inscrições, cursos muitas vezes destinados a alunos em fase de alfabetização, para os quais são obviamente inapropriados.

O maior problema destes cursos é o secretismo que os rodeia, pois por parte da tutela, assim como os professores que os lecionam, reina um total silêncio sobre quantos alunos os frequentam, qual o nível dos mesmos, qual o grau de heterogeneidade dos grupos e se têm realmente alguma atratividade e continuidade ou se se revelam inadequados levando os alunos a desistência.

Isto porque para crianças e adolescentes aprenderem isolados em casa em frente de um ecrã está longe de ser interessante, sendo que além disso não foram criados quaisquer meios didáticos adequados a esse tipo de ensino.

É lógico que com este tipo de condições, a sobrevivência de um sistema de ensino que atualmente tem cerca de metade da dimensão original em 2010, último ano da tutela do Ministério da Educação, com mais de 600 professores e 55 mil alunos, se encontra fortemente ameaçada.

Embora o número de alunos tenha aumentado, se continuarem a faltar professores em breve esse número voltará a diminuir, pois se os cursos não funcionam os alunos desistem.

Todos estes problemas parecem não preocupar nem o Instituto Camões nem o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), os dois organismos que detêm a tutela do EPE. Desde 2019 que ambos se recusam a dialogar e negociar com os representantes sindicais, evitando assim questões onerosas, como o já muito atrasado aumento de vencimentos, permitindo que tanto qualidade de ensino como condições de trabalho se continuem a degradar, devido à estagnação reinante em tudo o que necessitaria de ser melhorado.

Uma das razões para tal indiferença poderá ser o facto da existência de uma “rede não apoiada” nos Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Austrália, onde o Instituto Camões colocou Coordenadores de Ensino para ostensivamente fazerem junto das entidades locais e dos portugueses aí residentes a propaganda e venda dos manuais e de um certificado de competência linguística da vertente Português Língua Estrangeira.

Nesses países, o atual número de professores de Português supera os 600, sem vínculo laboral com o Instituto Camões ou com entidades portuguesas, sendo de responsabilidade exclusiva de associações ou escolas locais a contratação e remuneração de docentes.

Portanto, 600 docentes a custo zero para o Estado Português, que não os remunera nem tem quaisquer obrigações perante eles.

Esta é na verdade uma situação ideal para a tutela, pois ter professores a seu cargo não significa apenas pagar vencimentos, mas também obrigações com caixa médica, aposentação, licenças de maternidade... , todo um processo administrativo que neste caso não existe.

Será esta a razão pela qual o Instituto Camões, Instituição Pública, deixa degradar e estagnar o EPE, preferindo ter professores a custo zero num sistema no qual aufera lucro económico, confirmando assim as palavras da antiga presidente do Instituto, Ana Paula Laborinho, que em 2011 caracterizava o EPE como “não dando rendimento”?

***Maria Teresa Soares
Secretária- Geral do SPCL***

EM DUAS PALAVRAS:

SALÁRIOS DIGNOS.

Quem quer qualidade, valoriza quem trabalha!

**TRABALHADORES
VALORIZADOS,
FUTURO GARANTIDO.**

Quem quer bons Trabalhadores de Apoio Educativo tem de os remunerar devidamente. Não há qualidade na educação sem a valorização de quem a constrói todos os dias. Atrair, motivar e reter estes profissionais da educação exige respeito e esse respeito mede-se também pelo salário. Os países que valorizam a educação são os que melhor preparam o futuro. Portugal não pode continuar a ambicionar resultados de excelência pagando salários que não significam os profissionais da Educação.

MANIFESTO



Em duas palavras: Salários Dignos

A Educação é o pilar de qualquer sociedade democrática e justa. Sem Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE) não há escolas a funcionar e não há qualidade no processo educativo. Contudo estes profissionais continuam a não ser valorizados como merecem, sujeitos a vínculos precários, carreiras desajustadas e remunerações que não refletem a exigência e a responsabilidade das funções que desempenham diariamente.

A FNE afirma com clareza: quem quer qualidade, valoriza quem trabalha. Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo é investir na dignidade da escola pública, no sucesso e bem-estar dos alunos. Não há qualidade na educação sem salários justos e dignos, capazes de atrair profissionais, de motivar os que hoje asseguram múltiplas tarefas essenciais e de reter aqueles que, muitas vezes em condições adversas, continuam a acreditar na importância da sua missão.

Os países que respeitam todos os profissionais da educação são os que melhor preparam as novas gerações para os desafios do futuro. Em Portugal, é urgente romper com a lógica de pagar salários que não significam o trabalho de quem garante o bom funcionamento das escolas e apoia professores, alunos e famílias.

Reivindicamos:

- **Salários dignos e justos**, que reflitam a importância social e educativa dos trabalhadores de apoio.
- **Carreiras valorizadas e estáveis**, que reconheçam a dedicação, o esforço e a diversidade das funções desempenhadas.
- **Condições de trabalho humanas e motivadoras**, que permitam que estes profissionais exerçam a sua atividade com qualidade e respeito.

Sem trabalhadores valorizados, o futuro da escola pública está em risco.

Com trabalhadores respeitados, reconhecidos e dignificados, o futuro está garantido. A FNE reafirma o seu compromisso de lutar, com firmeza e determinação, para que a sociedade portuguesa e os responsáveis políticos compreendam esta verdade simples e inquestionável, que se resume em duas palavras: salários dignos.

Só com Trabalhadores valorizados, o futuro ficará garantido.



www.fne.pt



ZONA NORTE



ZONA CENTRO



SUL E REGIÕES AUTÔNOMAS



Conclusões da Conferência Global da IE sobre Inteligência Artificial

A Conferência Global da Internacional da Educação (IE) sobre Inteligência Artificial decorreu em Bruxelas, Bélgica, de 4 a 5 de dezembro de 2025, marcando o primeiro encontro global de organizações membros para explorar as oportunidades e os desafios apresentados pela Inteligência Artificial (IA) na educação e na investigação.

Sob o tema "Moldando o nosso futuro: sindicatos da educação liderando uma abordagem centrada no ser humano", as organizações membros reuniram-se para definir coletivamente a direção do trabalho da IE sobre IA nos níveis global e regional, ao mesmo tempo em que exploraram ações no nível nacional.

Esta nova tecnologia da IA desafia-nos a assumir o controlo sobre a forma como a IA irá funcionar nas nossas salas de aula, nas nossas escolas e nos nossos sindicatos. Para tal, precisamos de desenvolver uma literacia e fluência holísticas em IA e organizar-nos em defesa da democracia, da dignidade humana e do bem público.

A Conferência:

REAFIRMA as orientações estabelecidas pelas resoluções mais recentes do Congresso Mundial da IE "Tecnologia, inteligência artificial e o futuro da profissão docente" e "Recolha de dados e privacidade na educação".

Estas exigem uma abordagem centrada no ser humano, ética e baseada nos direitos em relação à IA — uma abordagem que garanta transparência, mitigue preconceitos, garanta a segurança das crianças, proteja a privacidade e salvaguarde a equidade e a qualidade da educação. Qualquer mudança tecnológica deve reforçar, e não enfraquecer, a missão democrática da educação pública.

CONGRATULA-SE com o Consenso de Santiago e o seu reconhecimento da relação aluno-professor como «património comum da humanidade e um farol de relacionalidade num contexto de crescente transformação digital, que deve servir a humanidade e não deve comprometer o papel essencial da socialização e da interação humana na educação». Só os educadores podem trazer a nuance humana, a empatia e a compreensão relacional essenciais ao ensino e à aprendizagem.

AFIRMA a necessidade da profissão docente assumir uma posição de liderança intelectual sobre como a IA pode ser aproveitada para reforçar a equidade, a inclusão e a qualidade da educação. Os professores estão numa posição única para liderar este esforço, mas precisam de confiança e apoio no seu julgamento profissional. A autonomia profissional dos professores deve ser garantida. É imperativo que tenham oportunidades de desenvolvimento e crescimento profissional.

APELA aos governos para que garantam que a profissão docente esteja representada em todos os processos de tomada de decisão relativos ao uso da IA no setor da educação e da investigação, conforme acordado no Consenso de Santiago. Somente por meio do diálogo político e social e da negociação coletiva podemos garantir que as necessidades cognitivas e socioemocionais dos alunos sejam salvaguardadas e os direitos profissionais dos professores protegidos.



INSTA os governos a estabelecerem legislação e quadros regulamentares de acompanhamento para a IA na educação e a disponibilizarem recursos para a criação de painéis de peritos para avaliar a adequação e a eficácia dos produtos em relação às normas de qualidade acordadas.

RECONHECE as desigualdades digitais entre e dentro dos países e a necessidade de apoiar as organizações membros na capacitação para definir políticas sobre IA na educação, de acordo com a nossa ética e normas profissionais.

SALIENTA que a utilização responsável da IA deve também ter em conta o seu impacto ambiental, garantindo simultaneamente os direitos humanos e laborais no desenvolvimento e na implantação de sistemas de IA para fins educativos e de investigação.

A conferência conclui com compromissos concretos e exequíveis sobre a forma como o trabalho será levado por diante a nível global e regional e **INCENTIVA** o Conselho Executivo a continuar a fornecer orientações sobre a estratégia da IE em matéria de IA;

• A IE a dar seguimento, a nível global, às cinco funções identificadas pelo Conselho Executivo:

1. Convocação (como esta conferência),
2. Partilha de conhecimentos (incluindo a criação de uma rede),
3. Defesa
4. Capacitação e organização
5. Liderança inovadora

• **Os escritórios regionais da IE** a aproveitar os resultados das discussões regionais da conferência e avançar no trabalho sobre IA nas suas respetivas regiões;

• **As organizações membros** da IE a

- assumir a liderança no desenvolvimento e implementação de estratégias sobre o uso da IA na educação e pesquisa nos seus países, e a

- partilhar pesquisas, estratégias sindicais bem-sucedidas e ações de defesa de direitos com a IE, fortalecendo a solidariedade global, o poder de negociação coletiva e a ação conjunta para defender a educação como um dos pilares das sociedades democráticas.





Perspetivas da OCDE para a Política Educativa 2025: Formar ao longo da vida num mundo em transformação digital

A OCDE publicou em 28 de novembro de 2025 as suas “Perspetivas para a Política Educativa 2025 - Formar aprendentes ao longo da vida empenhados e resilientes num mundo em transformação digital”. O relatório assinala que a aprendizagem ao longo da vida é essencial para construir sociedades inclusivas, resilientes e preparadas para o futuro. No entanto, a rápida digitalização e as mudanças demográficas estão a alterar a forma, o momento e o motivo pelo qual as pessoas aprendem ao longo da vida.

Este relatório explora o modo como os países e as economias podem fortalecer a capacidade de ação dos indivíduos como aprendizes ao longo da vida, apoiando as pessoas a assumirem um papel ativo na identificação, aquisição e aplicação de novos conhecimentos e competências em diversos contextos. Ele considera os aprendizes ao longo da vida como indivíduos que mobilizam a sua vontade, competências e meios para continuar a aprender e a adaptar-se.

O relatório identifica quatro momentos críticos da vida em que os indivíduos estão particularmente abertos à aprendizagem

— ou em risco de desligamento — e em que um apoio político bem direcionado pode fazer a maior diferença: primeira infância, adolescência média a tardia, meio da carreira e aproximação da reforma.

Com base na análise de 230 políticas em 35 sistemas educativos, bem como em evidências internacionais e desenvolvimentos políticos, o relatório explora como os países concebem e implementam políticas de aprendizagem ao longo da vida. Ao fazê-lo, o relatório visa apoiar os países na promoção dos objetivos estabelecidos pela “Declaração da OCDE de 2022 sobre a Construção de Sociedades Equitativas através da Educação”.

Primeira infância e adolescência

Num mundo de rápida transformação tecnológica, mudanças sociais e vidas mais longas, as pessoas precisam aprender, desaprender e reaprender ao longo de suas vidas. No entanto, apesar de décadas de reformas, a participação na aprendizagem além da educação inicial quase não melhorou. Dados da OCDE mostram que o envolvimento na aprendizagem de adultos permanece estagnado e os resultados da aprendizagem dos alunos diminuíram ou estabilizaram em muitos países.

Não basta simplesmente expandir as oportunidades educativas. O que diferencia os aprendizes ao longo da vida é a sua capacidade de orientar e sustentar a sua própria aprendizagem, mobilizando três elementos essenciais:

- **Vontade** – a curiosidade, a confiança e o propósito de continuar a aprender.
- **Competências** – as bases cognitivas, sociais e digitais para adquirir e aplicar novos conhecimentos.
- **Meios** – o tempo, os recursos e as redes que tornam a participação possível.

Este relatório analisa como os países podem apoiar a aprendizagem ao longo da vida em quatro momentos críticos da vida: primeira infância, início e meio da adolescência, meio da carreira e fim da carreira. Estas são fases em que os indivíduos estão especialmente abertos à aprendizagem ou em risco de desmotivação.

Com base em mais de 230 políticas de 35 países e economias, o relatório identifica escolhas estratégicas de conceção de políticas, bem como a forma como estas apoiam a vontade, as competências e os meios dos aprendentes. A análise das políticas e dos seus resultados levou à identificação de prioridades políticas fundamentais.

1 - Primeira infância (0 a 6 anos):

Desenvolver a curiosidade e a confiança. A primeira infância estabelece as bases para a aprendizagem ao longo da vida. Durante esses anos formativos, as crianças desenvolvem as disposições que sustentam toda a aprendizagem posterior, como a curiosidade, persistência e motivação. As famílias e os educadores moldam essas experiências iniciais, enquanto as políticas fornecem estruturas coerentes e apoiam o acesso a serviços de qualidade. As políticas abordam esses elementos da seguinte forma:

- **Vontade** – Cultivar disposições e competências para a aprendizagem ao longo da vida.
- **Competências** – Promover o desenvolvimento cognitivo e socioemocional precoce; melhorar a qualidade para todos; aproveitar as ferramentas digitais e a sua disponibilização.
- **Meios** – Fortalecer o ambiente de aprendizagem em casa; garantir o acesso equitativo; apoiar a colaboração intersetorial.

As prioridades políticas incluem apoiar a força de trabalho, para que tenha tempo dedicado, apoio e oportunidades de aprendizagem profissional para moldar ambientes que promovam a curiosidade, a criatividade e o crescimento socioemocional. O envolvimento da família também pode ser reforçado por meio de ações estruturadas de divulgação, orientação e parcerias. Os países também podem continuar a expandir o acesso, como na República Checa e na Espanha, para crianças de 0 a 3 anos e grupos vulneráveis.

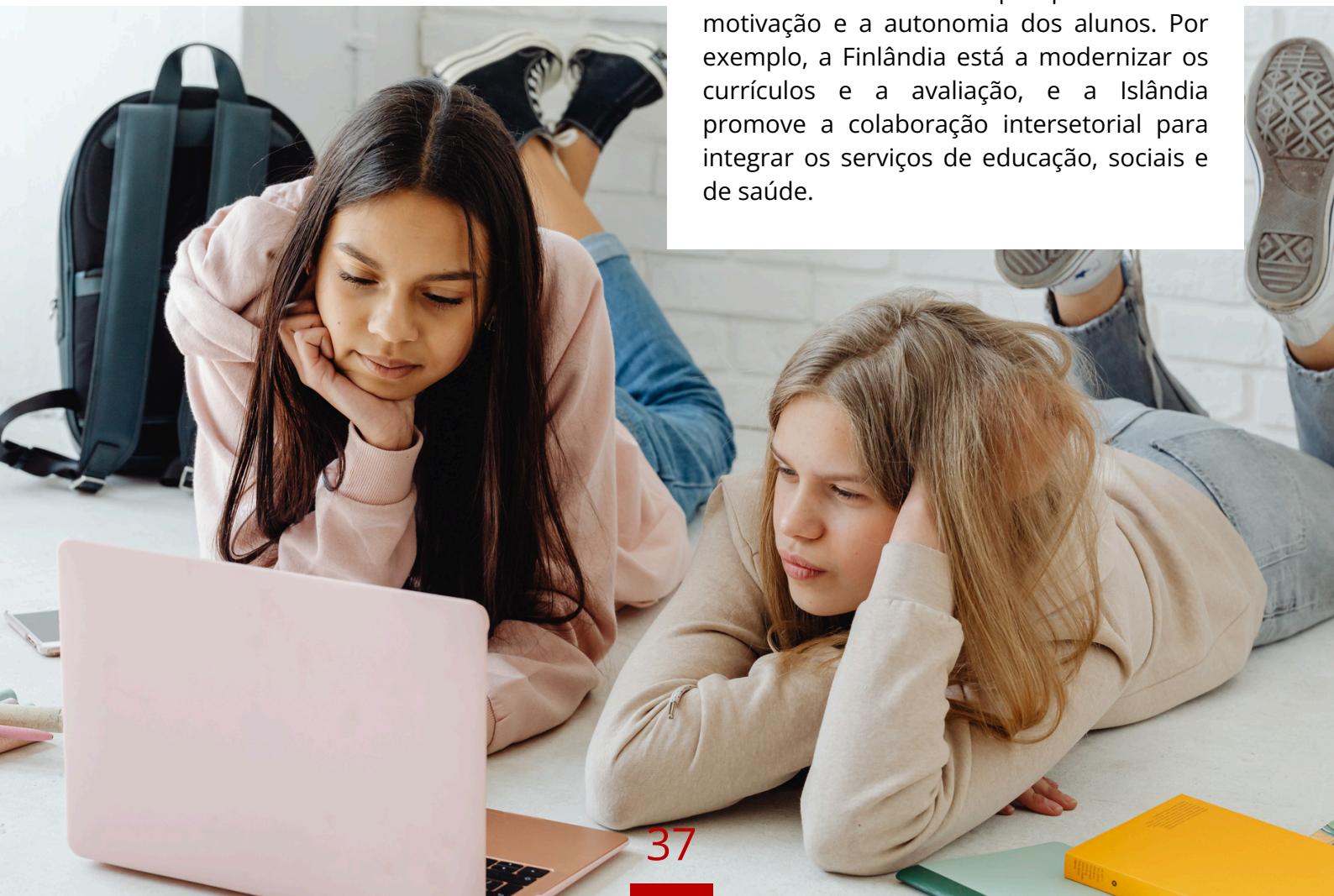
2 - Início e meio da adolescência (10 a 16 anos):

Moldando a identidade e o propósito. A adolescência é quando os alunos começam a definir quem são e o que valorizam. Eles precisam de perseverança, autorreflexão e capacidade de fazer escolhas informadas. No entanto, esta fase também acarreta um alto risco de desligamento da escola.

Ambientes que tornam a aprendizagem relevante, relacional e significativa, com práticas eficazes dos professores e relações de qualidade entre professores e alunos, podem sustentar a motivação e a autoconfiança dos adolescentes, com efeitos duradouros na aprendizagem ao longo da vida. As políticas abordam estes elementos da seguinte forma:

- **Vontade:** Cultivar a autonomia dos alunos; apoiar as competências sociais e emocionais.
- **Competências:** garantir práticas de ensino eficazes; desenvolver competências transversais.
- **Meios:** aproveitar a digitalização; reforçar a preparação e orientação profissional; apoiar a colaboração intersetorial.

As prioridades políticas incluem investir na aprendizagem profissional contínua e baseada na prática. Esta abordagem permite aos professores conectar novos currículos, ferramentas digitais e avaliação formativa de maneira que promovam a motivação e a autonomia dos alunos. Por exemplo, a Finlândia está a modernizar os currículos e a avaliação, e a Islândia promove a colaboração intersetorial para integrar os serviços de educação, sociais e de saúde.



Meio da carreira e reforma

3 - Meio da carreira (35 a 44 anos): Apoiar a flexibilidade e a mobilidade. A meio da carreira, os adultos enfrentam exigências concorrentes, como as do trabalho e da família, ao mesmo tempo que precisam de melhorar as suas competências ou requalificar-se. É mais provável que se envolvam na aprendizagem quando as oportunidades se alinham com as suas vidas e quando o seu esforço leva a resultados tangíveis, como reconhecimento ou progressão na carreira. Para capacitar os adultos a meio da carreira, os decisores políticos devem considerar o apoio financeiro, a flexibilidade estrutural e mecanismos de envolvimento fortes que removam barreiras. As políticas abordam estes elementos da seguinte forma:

- **Vontade:** Fortalecer a motivação e a agência por meio de direitos dos alunos; orientação e redes de pares ou comunitárias que reconstruam a confiança.
- **Competências:** Oferecer qualificações modulares e acumuláveis; apoiar a empregabilidade e a portabilidade; e desenvolver competências digitais e transversais para participar eficazmente na aprendizagem facilitada pela tecnologia.
- **Meios:** Apoiar o acesso e a participação através de financiamento previsível, orientação e ferramentas digitais; e reforçar as parcerias intersetoriais para partilhar custos, alinhar a formação com as necessidades do mercado de trabalho e alargar o alcance às pequenas e médias empresas (PME) e aos trabalhadores atípicos.

As **prioridades políticas** incluem a criação de oportunidades de aprendizagem curtas e adaptáveis, que se ajustem às responsabilidades pessoais e profissionais. As políticas devem também reforçar o reconhecimento e a garantia da qualidade, para que a aprendizagem — seja ela digital, modular ou no local de trabalho — conduza os alunos a qualificações transferíveis e valorizadas, que apoiem a mobilidade profissional e a resiliência.

Por exemplo, a Estónia desenvolveu um sistema que reconhece formalmente as competências adquiridas fora da educação formal, incluindo através do trabalho, do voluntariado e da aprendizagem informal. Da mesma forma, a Noruega oferece formação baseada no empregador em competências básicas e no local de trabalho, apoiada por subsídios governamentais. Tais abordagens podem ser particularmente relevantes em mercados de trabalho marcados por transições frequentes de emprego e mudanças de carreira.

4 - Aproximando-se da reforma (55 a 65 anos): Adaptar-se, contribuir e manter-se conectado. À medida que os adultos se aproximam da reforma, a aprendizagem ao longo da vida ganha um novo significado, pois os adultos preparam-se para as transições no trabalho e para a reforma. Confrontados com maiores riscos de desligamento, depreciação de competências e exclusão do mercado de trabalho, os adultos mais velhos beneficiam de oportunidades de aprendizagem que reforçam a adaptabilidade, reconstroem o propósito e a confiança que lhes permitem aplicar a sua experiência e competências de formas novas e significativas.

Para além da aquisição de novas competências, a aprendizagem na terceira idade ajuda os indivíduos a manter um sentimento de realização, participação social e contribuição para as suas comunidades. As políticas abordam estes elementos da seguinte forma:

- **Vontade:** Incentivar o envolvimento contínuo e reconhecer o valor da experiência.
- **Competências:** Promover a requalificação e a requalificação profissional, a inclusão digital e a aprendizagem intergeracional.
- **Meios:** Alargar o acesso através de locais de trabalho adaptados aos idosos, incentivos personalizados e serviços coordenados de saúde, trabalho e educação.

As prioridades políticas incluem capacitar os idosos, reconhecendo a sua experiência e promovendo o envolvimento na aprendizagem ao longo da vida. As iniciativas de aprendizagem baseadas na comunidade podem permitir que os idosos giram a sua própria aprendizagem, partilhem os seus conhecimentos e reforcem a coesão social.

Os locais de trabalho desempenham um papel fundamental, valorizando a experiência e incorporando práticas inclusivas em termos de idade, tais como a mentoria, regimes de trabalho flexíveis e transferência de conhecimentos intergeracionais dentro da cultura organizacional. Estas práticas podem ser apoiadas por incentivos e por uma conceção cuidadosa dos recursos humanos. Criar uma cultura de aprendizagem ao longo da vida significa cultivar hábitos e instituições que tornem a aprendizagem esperada e valorizada.

Os países precisam de combinar padrões claros com a ação individual e a colaboração, mostrando que a aprendizagem ao longo da vida floresce quando a motivação, a capacidade e a oportunidade se reforçam mutuamente.

- **Consulte AQUI o relatório**





Teletrabalho e Direito a Desligar: um Acordo histórico para a educação

Após seis reuniões mais uma suplementar em Bruxelas, o Comité Sindical Europeu da Educação (CSEE) e a Federação Europeia de Empregadores da Educação (EFEE) assinaram, em dois de dezembro de 2025, o primeiro Acordo-Quadro europeu na área da educação, estabelecendo regras claras para o Teletrabalho e o Direito a Desligar. A FNE integrou a equipa negocial, que envolveu ainda um representante sindical da Croácia, Itália, Malta, Países Baixos e República Checa.

As reuniões formais decorreram de 27 de março a 22 de outubro do corrente ano e a assinatura oficial aconteceu por ocasião do plenário do diálogo social setorial europeu da educação, na capital belga. O Acordo garante que o teletrabalho é voluntário, nunca obrigatório, e assegura direitos e proteções iguais para todos os profissionais. Os empregadores devem fornecer equipamentos, respeitar a privacidade e abordar os riscos à saúde e à segurança.



Jelmer Evers, Diretor do CSEE, assina o Acordo

O Acordo também garante o direito a desligar, salvaguardando que não se espera que os professores respondam a solicitações dos seus superiores fora do horário de trabalho. Este marco reflete um compromisso sério com condições de trabalho modernas e justas, estabelecendo uma nova referência para o diálogo social na Europa.

O acordo nasceu de um compromisso comum de modernizar as condições de trabalho sem comprometer o bem-estar dos educadores. O teletrabalho é agora enquadrado como uma escolha voluntária, nunca uma obrigação, deve ser previamente acordado entre as partes e pode ser recusado sem que, por isso, os envolvidos sofram qualquer tipo de discriminação.

Os trabalhadores que optem pelo teletrabalho gozam dos mesmos direitos, proteções e oportunidades de carreira que os colegas que trabalham na escola. Os empregadores são responsáveis por fornecer equipamento e suporte técnico, respeitar a privacidade e a proteção de dados e abordar os riscos à saúde e segurança como, por exemplo, o isolamento e a tensão mental. A formação e os direitos coletivos continuam garantidos para todos.

A importância do direito a desligar

Igualmente impactante pode ser o direito a desligar. Ao se reconhecer a existência desse direito, não se espera mais que professores e profissionais da educação monitorem emails ou mensagens relacionados com a profissão fora do seu horário de trabalho. Esse princípio é apoiado por campanhas de conscientização, práticas de comunicação interna e externa respeitosas e soluções tecnológicas que ajudem os educadores a manter um equilíbrio saudável entre a vida profissional e a vida pessoal.

Refletindo sobre esta conquista, Jelmer Evers, diretor do CSEE, sublinhou que «os profissionais da educação merecem a flexibilidade do teletrabalho sem a pressão de estarem permanentemente conectados. Este acordo tem a ver com confiança, justiça e a criação de condições em que os professores possam prosperar, tanto online como offline».

O diretor do CSEE relevou que “chegar a acordos através do diálogo social é mais importante do que nunca nesta era de polarização, pois reflete o que a Europa é e deve ser. O apoio da Comissão Europeia também é aqui essencial para reunir trabalhadores e empregadores de toda a Europa à mesma mesa».

Com este Acordo pioneiro, o CSEE e a EFEE estabeleceram uma nova referência para o diálogo social europeu na educação. Os parceiros nacionais terão agora a possibilidade de adaptar e implementar estas medidas, garantindo que os professores e educadores europeus possam adotar ferramentas digitais, salvaguardando simultaneamente os seus direitos e o seu bem-estar. O representante da FNE nesta negociação foi Joaquim Santos.

Como gerir os riscos da digitalização?

Podemos prevenir e gerir os riscos relacionados com a crescente digitalização do ambiente de trabalho.

Veja como:

- **Adote uma abordagem centrada no ser humano e com o ser humano no comando.**
- **Garanta uma igualdade de acesso à informação para empregadores, gestores, trabalhadores e os seus representantes.**
- **Consulte os trabalhadores e seus representantes e incentive a sua participação nas decisões relativas ao desenvolvimento, implementação e uso de tecnologias e sistemas digitais.**
- **Mantenha a transparência sobre o funcionamento das ferramentas digitais e sobre seus principais benefícios e desvantagens.**
- **Promova uma abordagem holística - visão integral e um entendimento geral dos fenómenos, promovendo o bem-estar - na avaliação das tecnologias digitais e nos seus efeitos sobre os trabalhadores e a sociedade como um todo.**

Uma abordagem inclusiva com humanos no comando é fundamental para a transformação digital.

As tecnologias digitais devem apoiar (mas não substituir) o controle e as decisões humanas, ou a consulta e participação dos trabalhadores. O *design*, o desenvolvimento e o uso de sistemas digitais com humanos no comando permitem que eles apoiem os trabalhadores, mantendo o controle nas mãos dos humanos. Isso garante que características como compaixão, empatia e preocupação com os trabalhadores não sejam substituídas pela tomada de decisões por computador.

Questões de segurança e saúde também devem ser consideradas na fase de *design*, envolvendo programadores e desenvolvedores desde o início. Igualmente importante é aprimorar a alfabetização digital entre trabalhadores e empregadores, promovendo qualificação e desenvolvimento de habilidades para aplicações digitais. Isso permite que eles compreendam melhor os sistemas digitais, bem como os riscos e as oportunidades que eles oferecem.

Fonte: Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho



A FNE deixa uma palavra de esperança, reconhecimento e gratidão a todos os profissionais da Educação, que todos os dias constroem, com dedicação e coragem, o futuro do nosso país.